

## ***Trabalho e vulnerabilidade: a questão social na obra de Robert Castel***

*Work and vulnerability: the social question on Robert Castel's thought*

Fabício Maciel\*

O artigo ressalta a centralidade do conceito de trabalho no pensamento do sociólogo francês Robert Castel. Embora seja mais conhecido no Brasil devido aos conceitos de questão social e desfiliação social, o conceito de trabalho apresenta-se como fundamental na articulação do pensamento do autor, principalmente em sua obra recente. O artigo divide-se em quatro partes. Primeiro, apresenta uma introdução geral da obra de Castel. Em segundo lugar, procura demonstrar como o trabalho pode ser considerado a principal questão social do capitalismo global contemporâneo. Em seguida, recupera a relação entre trabalho e vulnerabilidade social e, por último, conclui apontando para a importância da compreensão do trabalho como a principal questão social contemporânea.

*The article emphasizes the centrality of the concept of work in the thought of the French sociologist Robert Castel. Despite being best known in Brazil for his concepts of social question and social disaffiliation, the concept of work is crucial in the articulation of the author's thought, notably in his latest writing. The article is divided into four parts. First, it provides a general introduction to the work of Castel. Then, it demonstrates how work can be considered the main social question of contemporary global capitalism. Following, it resumes the relationship between work and social vulnerability. The study concludes by pointing out the importance of understanding work as the main contemporary social issue.*

Palavras-chave: Trabalho. Vulnerabilidade social. Questão social. Desfiliação social. Globalização.

*Key words: Work. Social vulnerability. Social question. Social disaffiliation. Globalization.*

### ***Introdução***

Desde a publicação de sua principal obra, o livro *As metamorfoses da questão social* (CASTEL, 1998), Robert Castel tem sido conhecido principalmente por seu conceito de “desfiliação social”. Nessa obra, mediante uma importante genealogia do significado do trabalho assalariado, iniciada no período que denomina capitalismo pré-industrial, o autor procura analisar um fenômeno universal do capitalismo: a produção e a permanência socialmente legitimada de “sobrantes”, ou seja, de pessoas que sempre estiveram fora dos padrões de todas as atividades consideradas como trabalho digno e legítimo. Esses padrões de definição do trabalho socialmente útil e reconhecido variam

\* Pós-doutorando na *Humboldt Universität zu Berlin*, Alemanha; Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor Adjunto do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM) – Campos dos Goytacazes/RJ – Brasil. E-mail: macielfabricao@gmail.com

na história do capitalismo. Por esse motivo, a genealogia de Castel procura tematizar os sobrantes da sociedade pré-industrial. Em seguida, passa a analisar as transformações e a institucionalização de tais padrões com o advento do que chama de “sociedade salarial” (CASTEL, 1998), forma com a qual batizou o período do capitalismo, geralmente conhecido como “sociedade industrial”.

Os sobrantes da sociedade pré-industrial eram “vagabundos” de toda espécie, errantes, bêbados, mendigos e também trabalhadores autônomos que não conseguiam se inserir nas formas de trabalho que, naquela época, passaram a ser reconhecidas pelo Estado como honestas e legítimas. Os melhores exemplos são as corporações de artesãos, reconhecidas pelo Estado, interessado em seu apoio político, e alguns camponeses organizados, que eram, em contrapartida, aliados políticos da burguesia econômica ascendente das cidades. Além desses, encontramos os desfiliaados “pré-modernos”. Nesse contexto, o conceito de “desfiliação social”, o qual Castel (2004a) contrapõe ao conceito de exclusão (dominante na década de 1990 e geralmente articulado ao conceito de globalização), é fundamental em toda a sua obra. Ele permite a compreensão de uma nova “zona de vulnerabilidade” mundial (CASTEL, 2004a), crescente no capitalismo contemporâneo. Uma melhor compreensão sobre o debate da globalização pode ser alcançada por meio da análise das obras de Paul Singer (1998), Ulrich Beck (1999) e Milton Santos (2000).

O entendimento dessa nova e crescente “zona cinzenta” – fluida, de difícil definição, em movimento –, como percebe Castel, é importante para uma nova tematização da dicotomia centro-periferia, o que leva a perguntar em que medida ela ainda é válida conceitualmente e em que medida qualquer alteração de sua realidade empírica pode tornar-se ideologia legitimadora do capitalismo contemporâneo. Vale notar que Castel constrói sua análise a partir de uma narrativa pós *Welfare State*. O motivo é que a queda do bem-estar social da parte rica da Europa é o grande dado empírico que motiva toda a análise sobre trabalho, classe e desigualdade em boa parte da ciência social dominante na Europa. De modo singular Castel coloca a “questão social” como ponto de partida dessa narrativa, para a qual os conceitos de desfiliação social e de zona de vulnerabilidade são fundamentais. Talvez, devido ao histórico de maior desigualdade e consequentes movimentos e conflitos sociais na França, Castel tenha tido uma grande motivação para proceder a uma análise mais crítica da questão social que, naquele momento, emergia em dimensões sem precedentes na Europa.

Para avançar no argumento acerca da utilidade da obra de Castel como contribuição a uma teoria crítica do capitalismo contemporâneo, serão retomados adiante o conceito de “desfiliação social”, contraposto por ele ao de exclusão, e o de “questão social”, para então se chegar ao conceito de “zona de vulnerabilidade”. Também se notará como o advento de sua crítica se articula ao pressuposto de uma sociedade salarial globalizada.

Existem, assim, dois pontos introdutórios importantes. O primeiro é que

Castel nunca foi considerado um teórico do trabalho, mas, curiosamente, um teórico da exclusão, termo que na verdade ele se recusa a aceitar. O subtítulo de seu livro *Metamorfoses da questão social* – “uma crônica do salário” – (CASTEL, 1998) já indica que ele é, na verdade, um analista pós *Welfare State* da mudança social contemporânea, o que significa, em seus termos, o fim da sociedade salarial com o advento de uma nova questão social, modificada, metamorfoseada: a questão dos sobrantes e inválidos. Simplificando, trata-se de uma pura e fina teoria sobre o trabalho. São as mudanças nas formas de filiação e não filiação ao trabalho útil e produtivo que o conduzem a identificar a questão social do trabalho como a mais importante da sociedade pós *Welfare*.

Uma contribuição decisiva de Castel, nesse ponto, é que a produção e a legitimação de formas universais de filiação e desfiliação no mercado de trabalho considerado útil e digno são um traço universal do capitalismo. Traço esse que se modifica em formas históricas. Sua comparação entre as sociedades pré-industriais e as salariais, com recorrência a registros históricos, deixa claras tais mudanças. Identificar esse traço fundamental da sociedade do trabalho, seja qual for sua configuração histórica, ajuda a esclarecer duas dimensões fundamentais da reprodução do capitalismo e da desigualdade.

Com base na primeira dimensão, pode-se desconstruir qualquer ideia de desenvolvimentismo e evolucionismo, que hierarquiza sociedades nacionais tornando opaca a nova divisão internacional do trabalho, fundamental para a reprodução e renovação constante, na história do capitalismo, de uma sociedade do trabalho mundial e desigual. Esse movimento analítico só é possível porque a identificação da universalidade de formas de filiação e desfiliação desmonta a ficção evolucionista e etapista que esconde outro dado (também universal e fundamental para a compreensão do capitalismo como um todo por um lado, e de suas transformações históricas por outro): o convívio entre as formas de capitalismo comercial, industrial e financeiro. A segunda dimensão envolve a questão de que sem etapismo e desenvolvimentismo enfrenta-se de uma só vez dois problemas teóricos, inevitáveis a qualquer pensamento crítico sobre o capitalismo, ou seja, a hierarquia social entre tipos de trabalho articulada à hierarquia entre Estados nacionais produtivos e improdutivos, legitimados por grande parte das teorias do trabalho e da desigualdade dominantes.

O segundo importante ponto introdutório trata da recepção da obra de Castel. A questão social da desigualdade sempre foi importante para os brasileiros. Por isso, o conceito de desfiliação social se tornou o mais conhecido entre nós e seu uso foi geralmente aplicado a estudos de caso como, por exemplo, o da análise de moradores de rua. A articulação desse importante conceito com a ideia de zona de vulnerabilidade permitirá a tentativa de apresentação da obra de Castel como uma crítica articulada ao capitalismo contemporâneo, enquanto sinônimo de uma sociedade pós-salarial.

## *A nova questão social global*

A obra de Castel associa o conceito de desfiliação social à identificação da nova questão social, não apenas francesa, mas também global. Em um artigo, no qual analisa as transformações contemporâneas do que chama de questão social, Castel (2004b) identifica na dimensão da globalização o novo espaço teórico e político no qual os problemas do trabalho contemporâneo devem ser pensados, ainda que, em princípio, ele esteja mais preocupado com o caso específico francês.

Para começar, o autor propõe uma análise semelhante à de Karl Polanyi sobre o início do capitalismo industrial, a saber, uma análise em que se percebe que as sociedades atuais confrontam-se com um novo desafio ao qual podemos chamar de globalização: a mundialização da economia e o retorno forçado do mercado autorregulado, estando a competitividade e a concorrência aguerridas, ao mesmo tempo, no seio de cada Estado e entre os Estados (CASTEL, 2004b, p. 236). O referido texto é fruto de uma palestra conferida pelo autor no Brasil, na PUC/SP, nos anos 90, na qual se sentiu motivado a referir-se, ainda que pontualmente, aos problemas da América Latina (Ver também, sobre o tema, o texto de Wanderley, 2004).

Em comparação, a partir de sua análise pós *Welfare*, Castel considera que sociedades como as da Europa Ocidental conseguiram se defender melhor dos problemas gerados na sociedade industrial e disseminados com o mundo globalizado. Isso porque as pressões externas foram mais fracas e, principalmente, porque construíram defesas mais sólidas contra o mercado, proteções e direitos que estão enraizados há longo tempo (CASTEL, 2004a, p. 237). Concordamos em parte com o autor quando afirma que essas sociedades se protegeram. Com tal análise, entretanto, ele atribui aos Estados a responsabilidade pelo sucesso ou pela derrota internos e ameniza a ação transnacional da economia mundial já antes da globalização.

Por outro lado, considera que a América Latina não atingiu essa mesma sistematização e, por isso, se degrada mais rapidamente. Admite ser incontestável a situação de gravidade da periferia, mas considera que a diferença é muito mais de grau do que de natureza. Seu ponto positivo aqui é perceber que se trata de uma diferença de grau. Castel não se resume a associar formas de economia distintas a diferenças culturais, sendo esse um dos traços mais emblemáticos da nova ideologia do trabalho no Atlântico Norte.

Para identificarmos a questão social global da sociedade mundial do trabalho, necessitamos aqui de alguns passos fundamentais. Primeiro, precisamos deixar o autor apresentar claramente sua definição de questão social:

É como uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É, em resumo, um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um

todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência. (CASTEL, 2004b, p. 238).

Sem rodeios, o autor é incisivo. Qual é a nova questão social, diferente daquela dos mendigos e doentes mentais da sociedade pré-salarial, que assola o mundo globalizado? “A nova questão social hoje parece ser o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade” (CASTEL, 2004a, p. 239). O ponto é analiticamente frutífero e ambíguo. Ainda mantém um forte teor de narrativa europeia. Pensar no fim do poder de integração do trabalho é pensar o trabalho na forma como o pensamento europeu o definiu, isto é, resumindo o trabalho a sua regular racionalidade formal, predominante na Europa rica do século XX. Neste ponto é preciso não perder a força da ideia central de Castel — identificar a principal e nova questão social do mundo contemporâneo, sem, no entanto, reproduzir uma visão de mundo europeia.

A tematização da transformação da velha questão social, pré-sociedade salarial, que foi amenizada com o *Welfare State*, é realizada por Castel a partir de dois pontos fundamentais, sobre os quais debateremos agora. A nova questão social na Europa é o advento da precariedade e da vulnerabilidade, derivados do aumento do desemprego. Porém, não se trata apenas da Europa. Como o autor identifica a nova questão social como uma questão de trabalho e a situa na dimensão analítica da globalização, pode-se com ele dialogar e debater. Seguiremos brevemente sua análise da transição do capitalismo pré-salarial para o salarial, pois, por meio dela, ele consegue definir o sentido e a função do emprego e da seguridade social, nesse momento abalados na Europa. Assim, será possível ver como sua obra contribui qualitativamente para uma teoria crítica do capitalismo contemporâneo.

1 – No advento da sociedade salarial (sinônimo de sociedade industrial — o século XX europeu), houve um importante *processo de transformação do trabalho em emprego*, emprego protegido ou emprego com *status* (CASTEL, 2004a, p. 241). Isso parece ao autor ter sido a grande inovação que se desenvolveu a partir do fim do século XIX, conduzindo a uma forma de compromisso social, termo esse precioso ao *Welfare*, como se dizia no início dos anos 70. Dessa forma, Castel se apresenta como um dos principais definidores do *Welfare*.

Para Castel, existe uma tendência a esquecer, na teoria social contemporânea, que o trabalho, em particular o trabalho assalariado, sempre foi uma condição ao mesmo tempo, íntima e miserável, indispensável sem dúvida, mas também indigna (CASTEL, 2004a, p. 241). Com base nisso, o autor apresenta uma análise crítica, ainda que saudosista, da sociedade do *Welfare*. Cabe lembrar que há vários níveis de trabalhadores assalariados. Nesse caso, Castel se refere mais ao trabalhador assalariado de baixo, e não àqueles de colarinho branco. À vista disso ele tenta mostrar uma das principais falhas do *Welfare*, evocado por muitos como uma realização quase perfeita do capitalismo. Nessa direção, um fato curioso é que toda a mídia da segunda metade do século vinte procurou mostrar os calcanhares de Aquiles do socialismo real. Agora

com Castel pode-se ver que a melhor realização do capitalismo em sua história também não foi perfeita. Sua deterioração, entretanto, pode ser um tema central para uma nova crítica ao capitalismo globalizado.

Seguindo criticamente, o autor pergunta: o que é um assalariado? O salariado é sempre pensado a partir do salariado operário, quer dizer, da condição social mais ingrata, penosa e desprezada. Uma sociedade salarial, entretanto, é uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas também seu *status*, sua proteção e sua identidade. Pode-se dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade diretamente ligada ao trabalho e não somente à propriedade e ao patrimônio (CASTEL, 2004a, p. 243). Essa seria a grande diferença e singularidade das sociedades ricas do século XX.

O passo adiante do trabalho na sociedade salarial: é exatamente da condição anterior de trabalho sem proteção que nasceu o novo *status* do trabalho na sociedade salarial. O salariado se consolidou e se dignificou, e mais, passou mesmo a ter um papel atrativo, em torno do qual o conjunto da sociedade moderna se organizou. Se pensadas as dimensões qualificadas de trabalho assalariado, o salariado pode ser até mesmo fonte de renda confortável e, ainda, de posições de prestígio e poder. Aqui, o autor está preocupado com o futuro. Seguridade social é sinônimo de controle do futuro, uma vez que ela garante a estabilidade do presente. O que não impede perceber, num ímpeto crítico do autor, que uma sociedade salarial é uma sociedade fortemente hierarquizada (CASTEL, 2004a, p. 245).

Em uma sociedade salarial, cada indivíduo, mesmo aqueles nas posições mais baixas da hierarquia social e moral do trabalho, desfruta de um mínimo de garantias e direitos. Trata-se de um patamar mínimo de dignidade e seguridade para todos. Sendo assim, o *Welfare* foi o ponto final da trajetória ascendente da sociedade salarial europeia, na qual predominaram a crença no progresso social e no ideal social-democrata.

2 – A segunda questão enfrentada por Castel para compreender a nova questão social de nosso tempo é: como essa configuração da sociedade salarial, marcada por proteção, direito do trabalho e seguridade social, vem sendo condicionada pelos processos de internacionalização do mercado e de mundialização. A flexibilidade seria a palavra-chave que traduz todas as exigências da nova sociedade do trabalho.

O autor identifica dois tipos de flexibilidade, úteis a nossa análise: primeiro, presenciamos uma “flexibilidade interna” (CASTEL, 2004b, 247) às empresas, que impõe adaptabilidade da mão de obra a situações novas e que expulsa dos melhores empregos os que não se enquadram às novas regras do jogo. A análise seria perfeita, não fosse a ausência de um pequeno detalhe: faltou dizer que o elo mais fraco da nova divisão do trabalho globalizada encontra-se na periferia, onde ainda predomina o trabalho precário.

A “flexibilidade externa”, articulada à primeira, é aquela que conduz as grandes empresas a subcontratar de terceiros grande parte das tarefas da empresa, mas, em

geral, sob condições mais precárias, menos protegidas e com menos direitos. Trata-se da terceirização do capitalismo, analisada por vários autores. Pode-se utilizar essa análise para o Brasil, entretanto ela é incompleta e precisa ser adaptada. Também sofremos esse processo, mas a lacuna da narrativa e da análise europeia sobre o fenômeno da terceirização é exatamente sua ambiguidade. Eles estão tematizando um lado negativo. Porém, a terceirização é um dos principais elementos da ascensão de uma nova classe trabalhadora, fenômeno esse mais importante para nós do que para eles. A questão das proteções sociais e dos direitos vinculados ao trabalho formal é um ponto precioso a Castel (2004a, p. 248): foram eles que fizeram com que o trabalho fosse não apenas uma retribuição pontual de tarefas, mas também o vínculo fundamental a direitos e proteções institucionais.

Um dado empírico identificado por Castel ajuda a tematizar a nova configuração de forças entre o centro e a periferia: hoje (isso em 1997), aproximadamente 70% das novas admissões na França se fazem sob formas “atípicas”, quer dizer, por contratos de tempo determinado, contratos de interinos, de tempo parcial, com diferentes formas de empregabilidade, o que quer dizer que:

Em médio prazo, nesse ritmo, em 10 anos talvez, a instabilidade do emprego vai substituir a estabilidade do emprego como regime dominante da organização do trabalho. Em minha opinião este é, sem dúvida, o desafio mais grave que se apresenta hoje. Talvez mais grave que o desemprego (...). Mas creio que a precarização do trabalho seja talvez mais importante ainda, pois é ela que alimenta o desemprego e que faz com que essa situação do trabalho, tornando-se cada vez mais frágil, force as pessoas a se encontrarem numa condição de vulnerabilidade. (CASTEL, 2004a, p. 250).

Castel está consciente de que o processo de precarização do trabalho afeta de forma desigual as diferentes categorias sociais (as classes populares aumentam na França, com mais pessoas a cada ano descendo para a zona de vulnerabilidade e se somando aos que nela sempre viveram). A profecia de Castel se cumpre, pois ele mesmo nos apresenta um novo dado, em artigo mais recente: 76% dos franceses, em 2009, considerados por Castel como as pessoas mais pessimistas da Europa, acreditam que o futuro de seus filhos será pior do que a vida que hoje levam (CASTEL, 2011).

Em sua tentativa crítica, Castel refere-se ao debate de que essa situação nova não é totalmente negativa, e que, particularmente, pode-se estar vivendo uma “re-individualização das relações de trabalho”. Além disso, que as antigas formas de organização coletiva do trabalho taylorista estão sendo ultrapassadas. Como efeito, a relação salarial se individualiza, e com isso alguns podem se mobilizar, vender-se, em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo (CASTEL, 2004a, p. 251). Nessa direção o autor vislumbra o contexto periférico:

Mas outros, e temo que sejam os mais numerosos, encontram-se perdidos, quer dizer, desmembrados dos conjuntos coletivos, das regulações coletivas de proteção e de direito do trabalho. Passam, então, a ser indivíduos isolados de seus antigos pertencimentos coletivos, livres sim, mas sem vínculos, sem socorro, um pouco como os proletários do início da industrialização, que eram *livres*, ou seja, podiam estabelecer livremente seus contratos de trabalho, mas que, no entanto, pagaram muito caro por essa liberdade. (CASTEL, 2004a, p. 252).

Nesse ponto a noção de individualismo se contextualiza para Castel. Diferente da ideia predominante no pensamento norte-americano, sinônimo do indivíduo “sozinho na multidão”, a peculiaridade de Castel é perceber o individualismo como sinônimo de desfiliação do mercado de trabalho produtivo. A centralidade do valor prático e moral do trabalho, assim, torna a vida pessoal dos “sobrantes” individualizada, isolada, uma vez que, para compor qualquer meio social, inclusive o familiar, é preciso estar integrado ao mercado de trabalho, “ser alguém na vida”. Nas famílias pobres, em qualquer lugar do mundo, mas numericamente maior na periferia do capitalismo, a ausência de patrimônio familiar significa isolamento, quando não se consegue filiar-se ao mercado. Assim, Castel teme que as transformações em curso estejam impelindo um número crescente de pessoas a uma espécie de “individualismo negativo”, por carência, ao perderem rapidamente o suporte de uma condição salarial que acaba levando à perda de possibilidade de controlar o futuro (CASTEL, 2004a, p. 252).

A questão da individualização pela desfiliação do trabalho é bastante frutífera. Temos ainda hoje em nosso senso comum brasileiro a ideia do europeu, e do rico brasileiro, como pessoas frias e egoístas, isoladas em seus condomínios de luxo e vivendo sob o medo, correndo o risco de perderem seus bens materiais com a violência urbana. Isso é o individualismo em nosso senso comum. Parece que esse olhar para o outro, compartilhado quase que por unanimidade pelas classes populares no Brasil, opera um efeito de opacidade sobre outro tipo de individualismo, concreto, o qual pouco tem a ver com o que as pessoas pensam sobre si mesmas, mas sim com as condições objetivas que as levam ao isolamento pela incapacidade de inserção digna no mercado. Assim, pode-se dizer que a liberdade e o individualismo negativo da teoria de Castel são estruturais na periferia do capitalismo. Daí, talvez, o senso comum sobre o “individualista frio e egoísta” das “pessoas que têm dinheiro” ser tão forte; para amenizar, em seu imaginário, uma radical desigualdade.

No caso das classes populares, o individualismo consequente da ausência do dinheiro significa fatos concretos, como a desfiliação do mercado de trabalho qualificado e o envolvimento com o crime. Cabe lembrar que essa realidade já existe, quantitativamente menor, mas qualitativamente igual, no “lado B” da Europa, como na Espanha e na Grécia hoje; e mesmo em seu “lado A”, em cidades como Paris ou Berlim, em medida crescente. Entretanto, ela é a história da maioria da população na



periferia. Em linguagem durkheimiana, forte em Castel, a integração pelo trabalho seria uma teoria distante da realidade na periferia do capitalismo. Por outro lado, muitas pessoas de origem nas classes populares filiam-se informalmente ao mercado e mantêm o mesmo senso comum sobre o individualismo; fogem do isolamento e do individualismo negativo da teoria de Castel, mas sem querer ser o individualista egoísta do senso comum brasileiro, atribuído aos ricos.

### ***Trabalho e vulnerabilidade social***

Organizando seu pensamento, Castel apresenta três constatações que caracterizariam três planos de cristalização importantes da questão social, o que seria central na compreensão da vulnerabilidade e da desfiliação social.

1 – a *desestabilização dos estáveis*. Por exemplo, operários de indústrias que, depois dos 40 anos, são considerados velhos para serem “reciclados” e perdem o emprego para jovens qualificados já nos novos padrões da flexibilidade. Castel se pergunta o que será deles. O ponto é válido para a análise também de nossa classe média (não queremos aqui fazer apologia aos pobres e esquecer que a precariedade é generalizada, porém em níveis distintos entre as classes, o que uma sociologia crítica não pode ignorar).

2 – a *instalação da precariedade*. O autor admite ser uma realidade muito bem conhecida no Brasil, porém fenômeno relativamente novo na Europa. É o que ele chama de “cultura do aleatório”, pessoas que vivem o dia a dia da instabilidade e da imprevisibilidade. Essas pessoas, frequentemente jovens, vagam hoje, mesmo na França, entre desemprego, trabalho temporário e ajuda social. O autor trata aqui do advento dos *sobrantes*. Pessoas que não têm lugar na sociedade, que não são integrados, e talvez não sejam integráveis no sentido forte da palavra a ela atribuído, por exemplo, por Durkheim, ou seja, estar integrado é estar inserido em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade (CASTEL, 2004a, p. 255).

Um detalhe importante da análise é que os sobrantes não são explorados. Eles são completamente descartáveis. Na sociedade industrial, o sobranse já era dispensável. Agora, identificamos uma condição social de subcidadania; ainda pior, de individualismo negativo radicalizado. Segundo Castel, os sobrantes são inúteis ao mundo (como se costumava falar dos vagabundos nas sociedades pré-industriais), pois não encontram um lugar na sociedade produtiva, com um mínimo de estabilidade. “São pessoas, poder-se-ia dizer, que foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos” (CASTEL, 2004a, p. 255). Em suma, são indivíduos atomizados, apartados de todos os círculos sociais que lhes poderiam atribuir utilidade e reconhecimento.

Pode-se pensar em exemplos neste ponto. No Brasil, vemos nas ruas grupos de desempregados (geralmente homens velhos) que bebem durante o dia e encontram ali seu único vínculo social, apartados de qualquer vínculo familiar, geralmente rejeitados pela família, estigmatizados como vagabundos, mas na verdade sem condições de trabalhar.

Na Alemanha, por exemplo, grupos muito semelhantes podem ser vistos nas estações de metrô das grandes cidades. Os sobrantes, em sua maioria diretamente originados das classes populares podendo também ser decadentes sociais, vivem à margem da sociedade, em uma integração paralela, aumentando a cada dia. Na Alemanha, o Estado ainda possui recursos para manter uma renda mínima para eles, pois a situação é conjuntural. No Brasil, isso é impossível; são muitos, inúmeros, estruturais, realmente abandonados e, em muitos casos, sem envolvimento com as drogas ou crime. Apenas sobrantes.

Cabe notar que já existem políticas sociais no Brasil para o amparo a dependentes químicos, especialmente moradores de rua usuários de *crack*, nas grandes cidades brasileiras. Os sobrantes do trabalho, entretanto, permanecem carentes de resgate, o qual deveria ser, na prática, a geração de empregos e o reconhecimento de atividades consideradas improdutivas. Existe o “Bolsa Família”, que, no entanto, muitas vezes, não abrange esses vagantes das ruas, homens e mulheres socialmente fragilizados e sem condições de enfrentar a burocracia mínima para o recebimento das políticas sociais. E como o nome mesmo diz, trata-se de bolsa-família e não de “bolsa-sobrantes”.

Neste ponto, a teoria de Castel é uma contribuição decisiva para a formulação de políticas sociais. Ele percebeu, na França, que o sistema de ajuda social contemporâneo apenas reforma e legitima a meritocracia, pois exige dos sobrantes, que se encontram em tal condição exatamente por limitações pessoais que impediram o ingresso no mercado de trabalho, a mesma disposição e capacidade de disciplina que precisariam para serem empregados. O paradoxo criticado incisivamente por Castel é exatamente este: o amparo social exige do sobrance a mesma capacidade meritocrática que o integraria ao mercado, se ele a tivesse (CASTEL, 2011).

A falta de compreensão social (compartilhada pelos integrados no mercado) de que tais indivíduos são “vagabundos”, e não vítimas de um processo de não-filiação ou de desfiliação social chegam mesmo a afetar a capacidade do Estado de formular políticas específicas para essas pessoas. No livro *A ralé brasileira* (SOUZA, 2009), foi identificado algo semelhante, por exemplo: como a condição do catador de lixo é ambígua. Trata-se da vivência na “zona de vulnerabilidade” (CASTEL, 2004a, 2011), uma linha tênue entre a delinquência e a dignidade, pois a atividade é exercida tanto por homens e mulheres austeros que possuem família, quanto por indivíduos abandonados e entregues ao álcool ou ao *crack*.

A situação do catador de lixo é extrema, mas o caso dos lavadores de carro, outro exemplo presente no livro de Souza (2009), também pode apresentar situações semelhantes. Essa categoria de trabalhadores possui vários níveis, desde o guardador de carro de luxo em áreas nobres das grandes cidades, até o lavador de carro em espaços sociais mais desvalorizados, os quais são vistos praticamente como pedintes — realizam um trabalho social, trabalham apenas pelo valor do trabalho e não possuem garantia de ganhos. Tais atividades podem ser vistas tanto na França como no Brasil. Entretanto, elas ainda conformam uma situação estrutural no Brasil e conjuntural na França —

ainda que se trate de uma realidade mundial em mudança, com muitos filhos das classes populares ascendendo socialmente e compondo uma nova classe trabalhadora (SOUZA, 2010) — e, por outro lado, a desfiliação crescente na Europa.

3 – Olhando para o futuro, Castel elenca quatro pontos de análise, que ele caracteriza como possíveis eventualidades e que podem ser antecipadas pela teoria e pela política. A primeira delas, o que para ele seria o pior cenário, é *a continuidade da ruptura entre trabalho e proteção*, a re-mercantilização completa do trabalho e o triunfo completo do mercado. Já vivemos em uma sociedade de mercado, mas a radicalização da situação é quando a “sociedade se torna mercado”, inteiramente dominada por suas leis, o que significaria para ele o triunfo da globalização.

Com isso, Castel teme que a profecia de Karl Polanyi se cumpra de fato em nosso tempo. Trata-se do domínio do mercado autorregulado, que Polanyi identificou como marca inauguradora da sociedade industrial, mas que nunca se consumou de fato, pois as sociedades industriais eram sinônimo de Estados-nacionais. Ainda havia alguma defesa por parte dos Estados e das sociedades. Ao longo do século XX, as formas de solidariedade social vão se enfraquecendo, cedendo lugar ao advento do individualismo negativo, cujo ápice ocorre agora na era pós-fordista e pós-salarial. Com a ausência ou o enfraquecimento do Estado, o que resta não é positivo: trata-se da anomia generalizada do mercado (CASTEL, 2004a, p. 257). O que isso significa? O mercado anômico não comporta nenhum dos elementos necessários à coesão social, ao contrário, funciona pela concorrência, “não faz sociedade”.

Castel chega a perceber, nos anos 90, a outra dimensão do capitalismo, para além da Europa, ou seja, o que acontece e pode acontecer na periferia. Agora, a coesão das sociedades pós-salariais europeias enfrenta uma fragilidade, pois depende em grande parte das proteções de outrora.

Talvez essa situação seja menos grave em países como o Brasil, que me parece criam mais situações de tipo informal – solidariedades por proximidade – as quais poderiam oferecer proteções fora do mercado. Este é, sem dúvida, um ponto a ser discutido. (CASTEL, 2004a, p. 258).

Neste ponto, o autor distingue minimamente as trajetórias centrais e periféricas, vendo a informalidade com alguma positividade. O debate sobre os “emergentes”, a “classe C”, isto é, a ascensão dos “batalhadores”, da nova classe trabalhadora brasileira, é o debate que o autor, nos anos 90, ainda não tinha como ver. A maior parte dessa nova classe, mesmo em sua fração de cima, empreendedora, impõe-se por meio da economia informal. Apenas com uma surpresa, uma diferença: a ação inventiva do “batalhador”, contrariando as leis do mercado (na verdade agindo dentro de sua ambiguidade constitutiva), surge dentro do próprio mercado, e não fora dele, como imaginou Castel, provavelmente pensando em movimentos sociais — tese essa, menina

dos olhos de quase todo pensador europeu — ou em redes de economia solidária, as quais, efetivamente, também não funcionam desconectadas do mercado enquanto entidade dominante do mundo moderno.

Uma segunda eventualidade a ser antecipada, seguindo com a tentativa de propostas concretas, seria *tentar controlar*, na margem, *o processo de desagregação da sociedade salarial*, o que vem sendo feito na França desde o início dos anos 80 e que pode ser chamado de “tratamento social do desemprego” ou de “políticas de inserção”. Para o autor, uma sociedade que apresenta taxas entre 10 e 15% de desempregados é uma sociedade doente (CASTEL, 2004a, p. 259). Com isso, pode-se confrontar Robert Castel com a realidade da periferia, adaptando suas propostas e contrapondo a elas nossos dilemas, frutos da sociedade mundial do trabalho.

No caso periférico, a sociedade do trabalho mundial sempre gerou “sociedades doentes”. Na verdade, fugindo do nacionalismo e do europeísmo metodológico, a sociedade mundial como um todo deveria ser considerada doente, devido a suas realizações negativas históricas fora do Atlântico Norte. Também pode-se pensar, no Brasil, em controlar o processo de desagregação. Entretanto, mais grave do que ele, ter-se-ia em primeiro lugar a tarefa contrária e mais primária, ou seja, a de fomentar a “agregação”. Logo, enfrenta-se aqui o problema de nossa desigualdade “estrutural”, radicalizada pela desigualdade conjuntural global contemporânea, enquanto que a Europa precisa enfrentar apenas este último.

As políticas de transferência de renda e de fomento ao crédito para pequenos comerciantes, que se comprovem como aptos para administrar o dinheiro, têm sido neste sentido o carro chefe bifronte que vem sendo adotado no Brasil na última década. Para não se cair na falácia da morte completa dos Estados, é preciso lembrar que a ele ainda cabe e existe margem de ação na direção dessa política social bifronte, que na prática se direciona às classes populares. Dois desafios são assim enfrentados pelo Estado enfraquecido, porém reaquecido por alguns estadistas do mundo fora do Atlântico Norte: um é externo, ou seja, a força sem precedentes do capital financeiro internacional aliado a um estamento científico-tecnológico que contribui para a dominação dos países ricos possuidores das maiores divisas. O outro é interno, isto é, forças políticas conservadoras compostas ao capital financeiro, que consideram a questão social como uma questão de meritocracia, transformando e atualizando em ideologia a realidade percebida por Castel como individualismo negativo.

A terceira eventualidade tratada por Castel referente ao cerne da questão social atual é definida por ele como um *enfraquecimento do suporte salarial* (CASTEL, 2004a, p. 260). Esse fenômeno também ocorre na periferia, mas ele se remete mais a uma realidade de classe média. Pensando em uma sociedade do trabalho globalizada, podemos identificar semelhanças e diferenças entre o centro e a periferia. A realidade da desfiliação e da flexibilidade, que afeta grande parcela das camadas médias do Atlântico Norte, também afeta nossa classe média, cujos filhos agora precisam competir, talvez

como nunca antes, com os filhos da nova classe trabalhadora como, por exemplo, no ingresso nas boas universidades, o que conseqüentemente abre o caminho para bons empregos e condições estáveis de vida.

Em contrapartida, um fenômeno quase não visto no Atlântico Norte, talvez um pouco mais nos Estados Unidos e na Europa “lado B”, do que na Europa “lado A”, é o *fortalecimento do não suporte salarial*, quer dizer, a ascensão da nova classe trabalhadora, em grande parte pela economia informal. Uma espécie de reviravolta da periferia surpreende agora o mundo, mas naturalmente não deve ser motivo de muita celebração, mas sim de análise das mudanças que vivemos na nova sociedade mundial do trabalho. Essa carta na manga parece fruto da contingência do capitalismo e do refluxo de capitais, nem sempre previsível e controlável pelo estamento econômico-administrativo internacional, cuja folha de pagamento não é pequena. Castel chega a perceber o fenômeno da informalidade mesmo na França:

Num país como a França, vemos se desenvolver uma espécie de mercado paralelo de trabalho, abaixo do trabalho protegido, o que chamamos de SMIC. São pequenas atividades subpagas e subprotegidas e que vão no sentido da remercantilização (...) Você quer um trabalho? Bom, eu tenho uma parede que deve ser construída, que deve lhe ocupar uns quatro dias, eu posso lhe pagar um pouco, e só. Isso não tem nada a ver com proteção social, direito do trabalho, etc. (CASTEL, 2004a, p. 261).

Aqui, vem à tona uma velha conhecida da periferia: a condição de “autônomo” (evocada quase sempre no Brasil e considerada categoria de trabalho pelo IBGE, por desempregados que sentem vergonha de assumir a condição de sobrate e precisam prestar contas morais à família e aos amigos, enfim, se justificar diante da sociedade), que Castel entende como liberdade negativa, agora é discutida também no centro do capitalismo, quando o problema de fato surge.

A quarta e última perspectiva levantada por Castel diz respeito ao discurso do fim do trabalho. Ele admite que de fato exista uma diminuição do tempo de trabalho socialmente útil. A ideia de que a tecnologia diminui a necessidade de trabalho humano, tese essa muito em voga atualmente, leva ao discurso sobre o tempo livre. Poder-se-ia acrescentar que esse discurso é um elemento fundamental na legitimação da flexibilidade da classe média. “Se você diminuiu sua renda e padrão de consumo, pense no tempo livre para a família e a natureza, bem como cuidados pessoais, etc”. A essência dessa ideologia é: quanto mais nos liberarmos da obsessão do trabalho, mais livres seremos. Castel merece atenção, entre outros motivos, exatamente por não concordar com esse discurso.

Creio que poderíamos dizer que, no discurso e na utopia sobre a ultrapassagem e a substituição do trabalho, faltam realizações convincentes, práticas e capazes de fundar essa nova cidadania social, falada por alguns (...). Parece-me que a saída da civilização

do trabalho é uma hipótese razoável, nenhuma formação social é eterna, mas sair da civilização do trabalho seria uma verdadeira revolução cultural, pois, há pelo menos dois séculos, toda a nossa organização social gravita em torno do trabalho (...). Pode ser que daqui a dez ou vinte anos inventemos alguma outra coisa que não o trabalho para construir uma identidade social. Porém, é no hoje que precisamos pensar, e a situação está apodrecendo. (CASTEL, 2004a, p. 263).

## ***Conclusão***

Esse posicionamento de Castel vai contra uma corrente dominante na Europa hoje — a do pensamento pós *Welfare State* — que declara o fim das sociedades do trabalho e da classe em pelo menos três aspectos. Primeiro: todas as evidências empíricas do fenômeno da desfiliação social europeia, que significa desfiliação de uma condição de seguridade ligada ao trabalho, contraria a perspectiva em evidência atualmente de que a categoria trabalho estaria na berlinda da teoria social contemporânea, como efeito de sua condição empírica, perdendo sua centralidade analítica e política.

Segundo, contraria uma tese complementar à do abandono da centralidade do trabalho — a tese da sociedade do conhecimento — quando afirma que a grande questão social global (seja ela em termos de desfiliação, na Europa e na classe média da periferia, seja em termos de não-filiação, no caso dos sobrantes no mundo inteiro) é muito mais relevante analítica e politicamente do que a meia-verdade do conhecimento especializado e tecnológico como nova força produtiva dominante.

Terceiro, contraria outra perspectiva, também em voga hoje, que não abandona a categoria trabalho, porém a relega a um segundo plano na teoria social. Essa percepção pode ser encontrada em boa parte dos teóricos da globalização, da teoria dos sistemas, dos movimentos sociais e do debate acerca do conceito de exclusão, só para citar alguns dos mais conhecidos.

Concluindo, Robert Castel se pergunta se a flexibilidade (esse conceito para ele não se restringe apenas à classe média, mas também pode ser sinônimo de vulnerabilidade e precariedade, principalmente para os sobrantes) deve mesmo ser paga a qualquer custo, com precarização e ausência de *status*. O autor parece sugerir aqui que não se pode aceitar, na prática do trabalho e no discurso público, a flexibilidade como novo e principal princípio estruturante das sociedades contemporâneas. Trata-se da crítica a esse princípio, talvez a mais importante ideologia do capitalismo contemporâneo, e de como ele afeta principalmente os sobrantes, desfiliaados ou não filiados em todo o mundo. Como solução, Castel aposta no direito do trabalho:

Não poderiam ser acordadas às situações mais frágeis um máximo de proteções? Parece-me que o caminho é o direito do trabalho, esse foi sempre o papel do direito do trabalho, conseguindo

estabilizar um certo número de situações de trabalho. São essas algumas das eventualidades que podemos pensar e discutir. (CASTEL, 2004a, p. 264).

Por fim, o autor nos deixa um ponto de discussão sobre as diferenças entre o centro e a periferia, com o qual podemos aprender e levar adiante a tarefa de esboçar uma nova teoria para a atual sociedade mundial do trabalho, para além de qualquer nacionalismo metodológico, central ou periférico:

Estas observações que pude construir, com base na situação europeia, podem ou não clarear os problemas que são colocados aqui. Em que medida, por exemplo, esse modelo da sociedade salarial e de sua desagregação permite precisar, mais por diferença do que por semelhança, a situação do emprego e do desemprego no Brasil, o lugar do trabalho informal em relação ao trabalho assalariado, a importância das regulações que afetam também aqui, creio, o mundo do trabalho? (CASTEL, 2004a, p. 264).

Sendo assim, em vez de abandonar o trabalho na berlinda, substituí-lo por algum paradigma pós-moderno ou relegá-lo a um segundo plano teórico e político, o pensamento de Robert Castel aponta para outra direção: ainda não é possível abandonar a ideia e a concretude da sociedade do trabalho, o que implica o enfrentamento de suas realizações negativas, estruturais e conjunturais que, articuladas, compõem a principal questão social global de nossa época. Desse modo, trabalho, vulnerabilidade e desfiliação social são conceitos que só fazem sentido se articulados à nova realidade empírica e aos novos desafios políticos do capitalismo contemporâneo, conformando assim a principal questão social de nosso tempo.

## **Referências**

BECK, U. *O que é globalização?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTEL, R. “As armadilhas da exclusão”. In: CASTEL, R; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2004a.

\_\_\_\_\_. “As transformações da questão social”. In: CASTEL, R; WANDERLEY L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2004b.

\_\_\_\_\_. *Die Krise der Arbeit. Neue Unsicherheiten und die Zukunft des Individuums*. Hamburg: Hamburger Edition, 2011.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, J. *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

WANDERLEY, L. E. W. “A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho”. In: CASTEL, R; WANDERLEY L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2004.

*Artigo recebido em: 21 nov. 2013*

*Aceito para publicação em: 27 ago. 2014*